

Ministério volta a registrar infecções por bactérias de crescimento rápido

O Ministério da Saúde voltou a registrar neste ano notificação de infecções por bactérias de crescimento rápido e de difícil tratamento em pacientes que realizaram videocirurgias. Há riscos de nova epidemia. O alerta foi dado ontem por especialistas no 3.º Encontro Nacional de Tuberculose, realizado em Salvador (BA). As bactérias envolvidas, chamadas micobactérias, são de diferentes tipos.

Só em 2007 foram detectados 1.573 casos de infecções graves após os procedimentos cirúrgi-

cos no País. Neste ano já são 31 casos, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Pacientes que realizavam cirurgias, como para retirada de cisto por pequeno orifício no abdome, mulheres que fizeram li-poaspiração e pessoas que reduziram o estômago com o uso das técnicas menos invasivas desenvolveram graves infecções, resistentes aos antibióticos mais comuns, por causa da superbactéria.

As sequelas são feridas, abscessos com pus e perda de tecidos. Não houve registro de morte. "Estamos sob risco de uma nova epidemia tendo em vista que não foi feita nada para melhorar o controle. Não houve uma única admoestação aos hospitais em

que isto já tinha ocorrido, os serviços não foram fechados e cirurgias continuam sendo realizadas sem o mínimo cuidado", disse ao **Estado** Margareth Dalcomo, especialista do Centro de Referência Professor Helio Fraga, do Rio, órgão assessor do Ministério da Saúde que tem auxiliado os governos a combater os casos.

Dalcomo disse que os casos no Rio no ano passado foram uma epidemia, e não um surto, como chegou a ser divulgado, porque ocorreram de forma disseminada pelos serviços hospitalares. A falta de adequada esterilização de materiais cirúrgicos é apontada como a principal suspeita de gerar os casos. De acordo com Leandro Santi, responsável

pela gerência de investigação e prevenção das infecções e dos eventos adversos da Anvisa, o órgão não pode punir os hospitais onde as infecções ocorreram porque não havia norma que exigisse esterilização dos equipamentos quando os casos foram registrados. Atualmente a norma da esterilização é aplicada, mas a agência ainda não definiu como os materiais deverão ser esterilizados, se com produto químico ou outros processos.

Estudos coordenados por Rafael Duarte, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, indicam que um produto químico utilizado com frequência para limpar os materiais cirúrgicos não funciona para as micobactérias que atacaram os pacientes, mesmo após a imersão dos instrumentos por 10 horas. Santi disse que a agência ainda estuda se o problema é com o produto. ● F.L.